



## RELATÓRIO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

# FEMINICÍDIO EM GOIÁS

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS



**GOIÂNIA, 21 DE NOVEMBRO DE 2017.**

## APRESENTAÇÃO

A audiência pública realizada no dia 21 de novembro de 2017, das 09:00 às 12:00 horas, foi conduzida pela presidente da Comissão de Segurança Pública, deputada estadual Delegada Adriana Accorsi, no auditório Solon Amaral desta casa de leis. Teve como objetivo debater o Femicídio<sup>1</sup> no estado de Goiás.

O evento foi provocado devido ao aumento da violência contra as mulheres em Goiás. O estado ocupa o 2º. lugar no ranking de mortes violentas de mulheres no país, segundo dados do “Atlas da Violência 2017”<sup>2</sup>. Os dados apresentados revelam um quadro grave e indicam também que muitas dessas mortes poderiam ter sido evitadas. Em inúmeros casos, segundo o relatório do Atlas da Violência, até chegar a ser vítima de uma violência fatal, essa mulher também é vítima de uma série de outras violências de gênero, como especifica a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06). A violência psicológica, patrimonial, física ou sexual, em um movimento de agravamento crescente, muitas vezes, antecede o desfecho fatal.

Ao todo, 25 casos de feminicídio já foram registrados em Goiás até outubro de 2017, quase o dobro do computado no mesmo período do ano passado. Os assassinatos contra mulheres somaram 14 ocorrências em 2016, um crescimento de 78,5%<sup>3</sup>.

A morte da estudante Raphaella Novinski<sup>4</sup>, de 16 anos, brutalmente assassinada no dia 06 de novembro na cidade de Alexânia, engrossa a estatística da Secretaria de Segurança Pública de Goiás (SSP-GO), subindo agora para 26 assassinatos.

Mesmo com todos esses dados alarmantes, o enfrentamento às raízes dessa violência extrema não está no centro do debate público com a intensidade e profundidade necessárias diante da gravidade do problema. Sendo assim, a presidente da Comissão de

---

<sup>1</sup> Femicídio é o assassinato de uma mulher pelo fato de ser mulher. É diferente dos outros tipos de homicídios, pois, geralmente, resulta de uma história de vida marcada por diversos episódios de violência verbal, física, psicológica, privações, etc. Na maioria dos casos, o agressor é o parceiro da vítima. O feminicídio pode ocorrer por um desses motivos: violência doméstica e familiar; violência sexual; mutilação ou desfiguração; emprego de tortura ou qualquer outro meio cruel ou degradante. Disponível em: <http://www.mpggo.mp.br/portal/conteudo/mp-go-apoia-campanha-pela-lei-do-femicidio#.WhVi-FWnG70> Acesso: 22/11/2017

<sup>2</sup> Documento elaborado em parceria do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) com o FBSP (Forum Brasileiro de Segurança Pública), publicação que aponta a evolução dos homicídios no Brasil, nas regiões e unidades federativas. Disponível em: [http://ipea.gov.br/portal/images/170602\\_atlas\\_da\\_violencia\\_2017.pdf](http://ipea.gov.br/portal/images/170602_atlas_da_violencia_2017.pdf) Acesso: 22/11/2017

<sup>3</sup> Disponível em: <https://opopular.com.br/editoriais/cidade/jovem-que-matou-adolescente-responder%C3%A1-1-por-feminic%C3%ADdio-casos-quase-dobram-neste-ano-em-goi%C3%A1s-1.1387141> Acesso: 22/11/2017

<sup>4</sup> A estudante Raphaella Noviski Romano, foi morta a tiros dentro de uma escola estadual em Alexânia, por Misael Pereira Olair. Conforme depoimento dado a polícia, o assassino foi rejeitado pela vítima, fato que motivou o crime. Disponível em: <https://g1.globo.com/goias/noticia/jovem-entra-em-escola-e-mata-adolescente-em-alexania-diz-delegada.ghtml> Acesso: 22/11/2017

Segurança Pública decidiu realizar a referida Audiência Pública para ampliar a discussão e buscar medidas que visem combater os crimes contra as mulheres no estado de Goiás.

## RELATÓRIO

Por iniciativa da deputada Delegada Adriana Accorsi, a Assembleia Legislativa de Goiás (Alego) realizou na manhã de 21 de novembro de 2017, no Auditório Solon Amaral, audiência pública para debater o Femicídio em Goiás.

A mesa diretiva da audiência foi composta, além da presidente da Comissão Deputada **Delegada Adriana Accorsi**, pelo superintendente executivo da Secretaria de Estado do Governo, **Adailton Florentino Nascimento**, representante do Governador de Goiás, Marconi Perillo; pela delegada titular da Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM) de Goiânia, **Ana Elisa Gomes**; pela delegada titular da Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM) de Aparecida de Goiânia, **Cybelle Silva Tristão**; pela perita criminal, **Gyzele Cristina Xavier Santos**; pela presidente do Conselho comunitário de Segurança para Mulheres (Conseg Mulher), **Adriana Dias da Silva**; e pela presidente do Conselho Estadual da Mulher, **Flávia Fernandes**.



A abertura foi marcada pela apresentação musical com tambores pelas artistas do Grupo Coral Mulher da Associação Coroa de Pau.

A deputada Delegada Adriana Accorsi, proponente da audiência pediu, ao iniciar o debate, em especial ao representante do Governador Marconi Perillo, Adailton Florentino, que tudo que fosse acordado durante audiência pudesse ser levado até o

conhecimento do governador Marconi Perillo. “Seria importante para que ele, sensível como sei que é em relação a este assunto, nos ajude com esse problema tão sério”, falou.

Adriana apontou que a violência contra as mulheres vem aumentando, especialmente o feminicídio, que segundo ela, é o mais grave crime cometido contra as mulheres. “Hoje as meninas não podem nem recusar um relacionamento amoroso que correm o risco de serem assassinadas, como ocorreu com a Raphaella em Alexânia de Goiás”, lembrou.

A deputada ainda ressaltou que os homens deveriam se mobilizar igualmente no combate a esse crime. “Apesar de todos os esforços, nós temos hoje um estado que está crescendo em número de violência contra as mulheres. O pior é que não vemos a sociedade se reunir em torno desse tema. Não são só as mulheres que devem se mobilizar, mas os homens também.”



Adriana explicou que o feminicídio é a violência mais extrema, mas até o agressor chegar a esse extremo a mulher passa por muitos problemas graves, como violência psicológica e sexual. “Essa história de quem ameaça não faz, não é verdade, quando se fala em violência contra mulher, pois quem ameaça faz sim. Ela passa por diversos tipos de violência antes de ser assassinada, não só fisicamente, mas psicológica, verbal e sexualmente também”, destacou.

Corroborando a opinião da deputada, a delegada titular da Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM) de Goiânia, Ana Elisa Gomes, alertou que as mulheres que forem vítimas de violência devem se encaminhar a uma delegacia e

efetivar a denúncia. Segundo Ana Elisa, o mais importante é a denúncia da agressão, incluindo as ameaças, para que assim possa se evitar um crime mais grave.

A delegada contou que muitos dos crimes que são cometidos tiveram início com agressões tidas como leves e que não foram reportadas. Por isso ela reforça o pedido para que a mulher se sinta confortável em realizar as denúncias. “Acho que todas as políticas públicas deveriam atuar no sentido de devolver à mulher uma condição e de identificar a violência que está sofrendo e tomar a decisão de caminhar até uma delegacia e fazer o registro. Sem dúvidas, essa atitude é a melhor alternativa, é através da denúncia que o Estado pode começar a agir.”



Ana Elisa registrou a necessidade do atendimento nas DEAMs por uma equipe multidisciplinar (psicólogas/os, assistentes sociais, enfermeiras/os e médicas/os) capacitada para atender os casos de violência doméstica contra a mulher e de violência sexual. “Eu, como delegada, não tenho subsídios técnicos para convencer aquela vítima de registrar a denúncia, ao passo que um profissional habilitado poderia conseguir”.

A deputada Adriana Accorsi informou que essa reivindicação da delegada Ana Elisa se tornou um requerimento para que no próximo concurso da polícia civil já se tenha no quadro psicólogos e assistentes sociais para todas as delegacias especializadas e para atendimento dos próprios policiais civis. Relatou ainda, o caso do município de Formosa, em que o prefeito retirou servidores da prefeitura (psicólogos e assistentes sociais) que estavam cooperando na DEAM do município nesse atendimento multidisciplinar. A

deputada informou que apresentou um requerimento para o Ministério Público e para a prefeitura de Formosa solicitando o retorno desses profissionais para a DEAM.



Outra delegada presente na audiência, a titular da Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher de Aparecida de Goiânia, Cybelle Tristão, destacou que é necessário o Estado investir em prevenção através da educação para combater o crime e acabar com uma cultura machista que está inserida ainda na sociedade. “A violência contra a mulher é uma construção social oriunda de uma sociedade patriarcal, na qual a mulher sempre foi submissa ao homem e que não incentiva a mulher a entender seus direitos”. Deu exemplo do projeto elaborado pelo estado de Minas Gerais: “Maria da Penha vai às escolas” (Anexo I), cujo objetivo é despertar nos estudantes o interesse sobre as questões ligadas aos direitos humanos, especialmente as que envolvam o combate à violência contra a mulher. Relatou que levou o projeto para o Secretário Municipal de Educação de Aparecida de Goiânia.

A deputada Delegada Adriana Accorsi informou que solicitou uma audiência com a secretária estadual de educação, Raquel Teixeira, para tratar sobre uma lei de sua iniciativa que institui “**Campanha Permanente de Combate ao Machismo e Valorização das Mulheres na Rede Pública Estadual de Ensino**” e convidou a todos presentes a participar.

A delegada Cybelle destacou a forma precária em que as DEAMs atuam – estrutura, acessibilidade, falta de equipe multidisciplinar. Informou que estão em uma situação muito mais difícil que na capital, pois não possuem Defensoria Pública, Juizado

da Mulher, Casa de Passagem e Abrigo de proteção à mulher. Exemplificou que contam com o atendimento de apenas uma psicóloga (parceria com o CREI – Centro de Referência da Igualdade) por meio período durante um dia da semana, sendo assim impossível realizar o atendimento de todas as vítimas. Relatou que encaminha as vítimas para atendimento na Secretaria Executiva da Mulher, porém a maioria não vai pela dificuldade da distância. Enfatizou a necessidade urgente de uma equipe multidisciplinar nas delegacias.

Cybelle Tristão informou sobre a existência de um projeto que visa colocar o CEVAM (Centro de Valorização da Mulher) e a DEAM na mesma área em Aparecida de Goiânia para assim facilitar o atendimento dessas mulheres vítimas de violência.

Participando também do debate, a perita criminal, Gyzele Cristina Xavier Santos, compartilhou sua experiência sobre o assunto. Com uma exposição técnica, a perita mostrou que atualmente só é considerado feminicídio casos em que existam provas materiais. “Então muitos feminicídios permanecem ocultos, travestidos de latrocínio, ou até mesmo quedas e afogamentos. Temos uma quantidade enorme de casos de mortes que não são consideradas agressão”, disse.



Gyzele afirmou que as Diretrizes Nacionais de Feminicídio (Anexo II) determinam que toda morte ou desaparecimento de mulher deve ser visto inicialmente como feminicídio. “Isso permite que esse tipo de crime só seja descartado, comprovado que a morte não é decorrente de caso de violência contra a mulher, e não o contrário, como hoje é feito”, explicou.

A perita reforçou a importância da implantação das Diretrizes Nacionais pela Justiça brasileira. “São orientações que servem para investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres. O documento reúne elementos para aprimorar a resposta das instituições públicas nas diversas etapas, desde a investigação policial e julgamento até a garantia dos direitos de vítimas sobreviventes ou indiretas”, explicou. Informou que atualmente no Brasil só o Distrito Federal implantou como procedimento esse plano de diretrizes.

A presidente da Comissão de Segurança Pública, deputada Delegada Adriana Accorsi, informou que irá propor um projeto de lei para que Goiás atenda as Diretrizes Nacionais de Femicídio. Anunciou que junto com a perita criminal Gyzele Cristina e a Universidade Federal de Goiás buscará um convênio para a realização de uma pesquisa sobre feminicídio em Goiás.

A presidente do Conselho Estadual da Mulher, Flávia Fernandes, destacou que o debate não pode ficar apenas no campo das ideias, mas é preciso sair da audiência com ações para erradicar efetivamente essa violência. Segundo Flávia Fernandes, o ciclo da violência contra a mulher começa pelas ameaças. “É justamente na construção da atenção. É quando há ameaças. Não temos mais segurança em nenhum lugar hoje”, afirmou.



Flávia relatou que existem apenas duas Casas de Abrigo em Goiás, sendo que uma delas, o CEVAM, recebe a maioria das demandas. Informou também que foi destinado para a Casa da Mulher Brasileira em Goiás uma verba de R\$14.000.00, na gestão da presidente Dilma Roussef, que foi perdido pelo não aproveitamento do governo estadual.

Ressaltou a necessidade de mais DEAMs no interior do estado e mais bem estruturadas, com profissionais qualificados para atendimento dessas mulheres, vítimas de violência. Indagou sobre o atendimento do Centro de Referência de Goiânia, se está realmente funcionando e atendendo.

A presidente do Conseg Mulher, Adriana Dias da Silva, alertou para a dificuldade que as mulheres possuem em ter acesso aos órgãos de segurança e ali realizarem seus encaminhamentos. Portanto, sugeriu a criação de um único local, uma Rede de atenção à Mulher, onde possa reunir todos os órgãos de segurança pública e atendimento à mulher vítima de violência.

“Creio que tomada a decisão de realizar uma denúncia de violência, a mulher deve receber uma atenção completa com estrutura adequada para em um só lugar sair com o processo todo resolvido. Se ali ela encontrar o delegado, advogado, psicólogo, assistente social, entre outros, creio que as denúncias terão maior aceitação por parte das mulheres agredidas”, sugeriu a conselheira.



Além disso, Adriana Dias sugeriu a realização de palestras a serem proferidas em escolas para conscientizar os estudantes sobre a violência contra a mulher; a necessidade de investimentos vindos do governo para prevenção de violência contra as mulheres por meio, por exemplo, de campanhas educativas; a criação de casas de apoio de proteção às mulheres vítimas de violência oferecidas pelo governo.

A deputada Adriana Accorsi enfatizou que será elaborado um relatório pela Comissão de Segurança Pública que será encaminhado para o governador do estado com

todos os encaminhamentos e relatos desta audiência pública e convidou a todos para uma visita ao Centro de Referência de Goiânia para verificar como anda seu funcionamento.

Logo após as exposições de opiniões dos componentes da mesa, foi aberto o espaço para os participantes, por um tempo delimitado de 5 minutos, fazerem suas colocações, perguntas e sugestões.

A primeira inscrita foi a representante do CEVAM, Dôlly, que afirmou que o CEVAM está há 36 anos em funcionamento com a ajuda da comunidade porque o governo não oferece subsídios para sua sustentação. Em seguida, noticiou dados estatísticos de registros de estupro no ano passado no Brasil (quase 50.000) e em Goiás (2.847). Informou a todos que será apresentado um projeto de “Construção de Paz” e será solicitado ao governo recursos para realizá-lo.



A assessora do deputado federal Rubens Ottoni, Lyza Milhomem, enfatizou a importância em se falar da violência contra as mulheres com deficiência, que muitas vezes são esquecidas e são as mais vulneráveis à violência doméstica e sugeriu a deputada estadual Adriana Accorsi a promoção de um debate tratando deste assunto.

Adriana Accorsi ressaltou que as duas DEAMs representadas na audiência não tem acessibilidade às pessoas com deficiência.

Flávio, representante do comando da Guarda Civil Metropolitana (GCM), informou que a GCM está lançando um programa que trará ações preventivas referentes a violência contra a mulher através de palestras, encontros e debates em escolas, parques e empresas. Noticiou que entre os dias 11 e 15 de dezembro ocorrerá um curso de 50 horas

sobre atuação em crimes de violência contra a mulher para 50 guardas e que a intenção é que esse curso se estenda para todos os guardas de Goiânia.

O Sr. Edilson refletiu se a impunidade existente hoje no Brasil não contribui para a violência contra a mulher. Complementou afirmando que o Poder Judiciário e o Ministério Público contribuem com essa realidade por serem completamente omissos.

O Sr. Harley, morador da cidade de Monte Alegre, informou que a Comunidade Quilombola Kalunga, concentrada nos municípios de Cavalcante, Monte Alegre e Teresina de Goiás, encontram muitas dificuldades para denunciarem violências acometidas contra as mulheres. Sugeriu criar um sub-conselho para cada cidade que compõe a Comunidade Quilombola Kalunga. Anunciou que em sua cidade, Monte Alegre, existe uma ONG que poderia ser aproveitada no intuito de combater a violência contra a mulher.

A deputada Delegada Adriana Accorsi disse que reivindicará a criação de uma DEAM na região, caso ainda não exista nenhuma.

O Sr. Edinaldo pediu atenção para as mulheres e meninas moradoras/em situação de rua. “É preciso fazer algo por essas mulheres que são assassinadas”, afirmou. Sugeriu que as igrejas (católicas, evangélicas, etc.) levem esse debate da violência contra a mulher para suas comunidades.



A estudante da Universidade Federal de Goiás (UFG), Letícia, sugeriu campanhas de conscientização sobre violência contra as mulheres nas universidades, ela sente falta da participação do Estado nos debates acadêmicos. Lamentou o fato da violência contra a mulher ocorrer inclusive dentro da Academia. Relatou um fato de violência que ocorreu

em sua cidade natal, no interior de Goiás, em que os policiais que foram socorrer a vítima não eram preparados para o atendimento de violência doméstica.

A deputada Delegada Adriana Accorsi se colocou a disposição para proferir palestras sobre o tema nas universidades.

A perita criminal, Gysele, informou que o NECRIVI (Núcleo de Estudos sobre Criminalidade e Violência da UFG) realiza ciclos de palestras sobre feminicídio, no qual Estado e Academia se dialogam e que ela mesma já participou como palestrante.

A estudante Ingrid da UFG relatou que mesmo sendo estudante universitária não tinha conhecimento da existência de uma Casa de Apoio às mulheres vítimas de violência em Goiânia. Ressaltou a importância da informação chegar a população - “muitas não tem consciência do quão grave é a violência contra a mulher e quais ferramentas existem de proteção”.

A mestranda em Direitos Humanos pela UFG, Iodenis Borges F. Cerqueira, ressaltou a necessidade da elaboração de estudos estatísticos sobre feminicídio de mulheres negras – “precisamos saber do crivo racial dessas mortes para criação de políticas públicas específicas”.

Em seguida, a deputada Adriana Accorsi informou que apresentou o Projeto de Lei nº **4492/17** que torna 6 de novembro o Dia Estadual de Combate ao Feminicídio. O dia 6 de novembro foi escolhido como a data para tratar sobre a problemática em memória da menina Raphaella Noviski Romano, de 16 anos, que foi morta a tiros dentro de uma escola estadual na cidade de Alexânia, no dia 6 deste mês. “A data da morte da Raphaella foi escolhida para que ela nunca seja esquecida e servirá como marco de luta contra esse problema que afeta a sociedade, com campanhas de conscientização, debates, seminários e ações de modo a fortalecer a luta diária pela segurança e respeito às mulheres”, afirmou a parlamentar.

Após essa fala, a deputada passou a palavra para o estudante André, presidente do grêmio da escola em que ocorreu o crime em Alexânia, que enfatizou a importância em levar o debate sobre “Feminicídio” para toda comunidade.

A presidente da Comissão de Segurança Pública, pediu apoio a presidente do Partido dos Trabalhadores do Estado de Goiás, Kátia Maria, para mobilizarem membros do partido com objetivo de levarem debates sobre feminicídio para o interior do estado.

Franqueada a palavra ao superintendente executivo da Secretaria de Estado do Governo, Adailton Florentino Nascimento, representante do Governador de Goiás, Marconi Perillo.



Adailton disse que os assuntos tratados foram todos anotados e possuem grande valia para que o Governo possa trabalhar políticas públicas no sentido de contribuir para o combate aos crimes contra as mulheres no estado.

O superintendente sugeriu que fosse elaborada uma carta com todas as sugestões e se comprometeu a abrir um espaço na agenda do governador para que representantes da reunião possam levar pessoalmente a ele as demandas colhidas durante a audiência.

A deputada estadual Delegada Adriana Accorsi sugeriu para o próximo ano a realização de um novo encontro para comemorar os avanços no combate ao feminicídio.

As sugestões de encaminhamentos estão no final do relatório. A audiência pública encerrou-se às 12:00 horas.



**Deputada Estadual Delegada Adriana Accorsi**  
*Presidente da Comissão de Segurança Pública*

## ENCAMINHAMENTOS E SUGESTÕES

- 1- **Ana Elisa Gomes (delegada titular da Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher de Goiânia) –**
  - a. sugeriu a presença de uma equipe multidisciplinar (psicólogos/os, assistentes sociais, enfermeiras/os e médicas/os) capacitada para atender os casos de violência doméstica contra a mulher e de violência sexual nas Delegacias Especializadas de Atendimento a Mulher.
  
- 2- **Cybelle Tristão (Delegada da Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher de Aparecida de Goiânia) –**
  - a. o Estado investir em prevenção através da educação para combater o crime e acabar com uma cultura machista que está inserida ainda na sociedade.
  - b. Exemplificou o Projeto “Maria da Penha vai às escolas” implantado no estado de Minas Gerais. Relatou que levou o projeto para o Secretário Municipal de Educação de Aparecida de Goiânia. Pode ser feito o mesmo no estado de Goiás.
  - c. Ressaltou a forma precária em que as DEAMs atuam – falta de estrutura, acessibilidade e equipe multidisciplinar.
  - d. Informou que estão em uma situação muito mais difícil que na capital, pois não possuem Defensoria Pública, Juízo da Mulher, Casa de Passagem e Abrigo de proteção à mulher.
  
- 3- **Deputada Estadual Delegada Adriana Accorsi (Presidente da Comissão de Segurança Pública da Alego) –**
  - a. Convidou a todos os presentes na Audiência Pública para uma audiência com a secretária estadual de educação, Raquel Teixeira, para tratar sobre uma lei criada por ela que institui “Campanha Permanente de Combate ao Machismo e Valorização das Mulheres na Rede Pública Estadual de Ensino”.
  
- 4- **Gyzele Cristina Xavier Santos (perita criminal) –**
  - a. Reforçou a importância da implantação das Diretrizes Nacionais de Femicídio pela Justiça brasileira

**5- Deputada Estadual Delegada Adriana Accorsi (Presidente da Comissão de Segurança Pública da Alego) –**

- a. Informou que irá propor um projeto de lei para que Goiás atenda as Diretrizes Nacionais de Femicídio.
- b. Anunciou que junto com a perita criminal, Gyzele Cristina, e a Universidade Federal de Goiás buscará uma convênio para a realização de uma pesquisa sobre feminicídio em Goiás.

**6- Flávia Fernandes (presidente do Conselho Estadual da Mulher) –**

- a. Ressaltou a necessidade de mais DEAMs no interior do estado e mais bem estruturadas, com profissionais qualificados para atendimento dessas mulheres, vítimas de violência.

**7- Adriana Dias (presidente do Conselho Comunitário de Segurança para Mulheres – Conseg Mulher) –**

- a. Sugeriu a criação de um único local, uma Rede de atenção à Mulher, o qual possa reunir todos os órgãos de segurança pública e atendimento à mulher vítima de violência.
- b. Sugeriu palestras a serem proferidas em escolas para conscientizar os estudantes sobre a violência contra a mulher;
- c. O governo investir na prevenção de violência contra as mulheres através, por exemplo, de campanhas educativas;
- d. Criação de casas de apoio de proteção às mulheres vítimas de violência oferecidas pelo governo.

**8- Deputada Estadual Delegada Adriana Accorsi (Presidente da Comissão de Segurança Pública da Alego) –**

- a. Convidou a todos para uma visita ao Centro de Referência de Goiânia para verificar como anda seu funcionamento.

**9- Elisa (assessora do Deputado Federal Rubens Ottoni) –**

- a. Sugeriu a deputada estadual Adriana Accorsi a promoção de um debate sobre a violência contra as mulheres portadoras de deficiência, que muitas vezes são esquecidas e são as mais vulneráveis à violência doméstica.

**10- Deputada Estadual Delegada Adriana Accorsi (Presidente da Comissão de Segurança Pública da Alego) –**

- a. Informou que as duas DEAMs representadas na audiência (Goiânia e Aparecida de Goiânia) não tem acessibilidade para as pessoas com deficiência.

**11- Sr. Harley (Psicóloga do Hospital do Policial Militar e Representante do Conselho de Psicologia) –**

- a. Sugeriu criar um sub-conselho de proteção da violência contra a mulher para cada cidade que compõe a Comunidade Quilombola Kalunga. Anunciou que em sua cidade, Monte Alegre, existe uma ONG que poderia ser aproveitada no intuito do combate a violência contra a mulher.

**12- Deputada Estadual Delegada Adriana Accorsi (Presidente da Comissão de Segurança Pública da Alego) –**

- a. Informou que que reivindicará a criação de uma DEAM na região, caso ainda não exista nenhuma.

**13- Sr. Edinaldo –**

- a. Sugeriu atenção para as mulheres e meninas moradoras/situação de rua vítimas da violência.
- b. Sugeriu que as igrejas (católicas, evangélicas, etc.) levem esse debate da violência contra a mulher para suas comunidades.

**14- Letícia (estudante da Universidade Federal de Goiás) –**

- a. Sugeriu campanhas de conscientização sobre violência contra as mulheres nas universidades. Ressaltou a falta da participação do Estado nos debates acadêmicos

**15- Iodenis Borges F. Cerqueira (mestranda em Direitos Humanos pela UFG) –**

- a. Sugeriu a elaboração de estudos estatísticos sobre feminicídio de mulheres negras.

**16- Deputada Estadual Delegada Adriana Accorsi (Presidente da Comissão de Segurança Pública da Alego) –**

- a. Se comprometeu junto com a presidente do Partido dos Trabalhadores do Estado de Goiás, Kátia Maria, a mobilizar membros do partido com objetivo de levarem debates sobre feminicídio para o interior do estado.



## ANEXO I

# Sugestão de Atividades Pedagógicas:

# Projeto Maria da Penha vai às Escolas



## **Ficha Técnica**

### **GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

#### **GOVERNADOR DO ESTADO**

Antonio Augusto Junho Anastasia

#### **VICE- GOVERNADOR DO ESTADO**

Alberto Pinto Coelho

#### **SECRETÁRIO DE ESTADO DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

Cássio Antonio Ferreira Soares

#### **SUBSECRETÁRIA DE DIREITOS HUMANOS**

Maria Juanita Godinho Pimenta

#### **SUPERINTENDENTE DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DE DIREITOS E CIDADANIA**

Jailane Pereira da Silva

#### **DIRETORA DE PROMOÇÃO E EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS**

Eduarda Lorena de Almeida



## **SECRETÁRIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO**

Ana Lúcia Almeida Gazzola

## **SUBSECRETÁRIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

Raquel Elizabete de Souza Santos

## **SUPERINTENDÊNCIA DE MODALIDADES E TEMÁTICAS ESPECIAIS DE ENSINO**

Soraya Hissa Hojrom de Siqueira

## **DIRETORA DE TEMÁTICAS ESPECIAIS**

Cláudia de Cássia Vieira Batista Aguiar

## **EQUIPE DE ELABORAÇÃO TÉCNICA DAS SUGESTÕES**

Alcione Silva

Cláudia de Cássia Vieira Batista Aguiar

Eduarda Lorena de Almeida

Elisa Maria Campos Cordeiro

Jailane Pereira da Silva

Marta Lúcia Rodrigues

Soraya Hissa Hojrom de Siqueira

## Proteja nossas Crianças

Lançada em 15 de maio de 2008, a campanha Proteja Nossas Crianças é uma das maiores mobilizações permanentes já realizadas no país, com foco no combate à violência doméstica e a exploração sexual de crianças e adolescentes. O objetivo principal das ações é sensibilizar a sociedade para a importância do cuidado com as nossas crianças e incentivar a população a denunciar as diversas violações perpetradas contra crianças e adolescentes.

A campanha Proteja Nossas Crianças promove blitz educativas em pontos estratégicos como rodovias, fomenta o apoio e a organização de iniciativas semelhantes nos municípios mineiros e em entidades parceiras.

**PROTEJA**  
NOSSAS CRIANÇAS  
Em caso de violência, denuncie.

**SERVIS**

**CEDCA**

**GOVERNO  
DE MINAS**  
TRABALHO E  
DESENVOLVIMENTO SOCIAL



## APRESENTAÇÃO

O Projeto “Maria da Penha vai às escolas”, lançado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social em parceria com a Secretaria de Estado de Educação em agosto de 2012, está em sua terceira fase e alcançará as escolas da rede estadual de ensino de todos os municípios do Estado de Minas Gerais.

O projeto integra a Rede de Educação em Direitos Humanos da Subsecretaria de Direitos Humanos e tem por objetivo despertar nos estudantes o interesse sobre as questões ligadas aos direitos humanos, especialmente as que envolvam o combate à violência contra a mulher. O Projeto “Maria da Penha vai às escolas” apoia-se na crença, cada vez mais firme, de que a escola é o lugar capaz de fazer a diferença no combate a todas as formas de violência praticadas, especialmente, contra o público com maior vulnerabilidade social e individual (mulheres,

idosos, homossexuais, pessoas em situação de rua, pessoas com deficiência, entre outros), na construção de uma cultura de paz.

Nesse sentido foi criado o gibi: “As Marias em: Maria da Penha vai às escolas”, material didático que aborda de maneira lúdica a questão da violência doméstica e intrafamiliar sofrida pelas mulheres, visando contribuir para a incorporação de valores necessários ao pleno desenvolvimento dos estudantes como cidadãos (as) engajados na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Outra ação desenvolvida foi a realização, em 2012, de Concurso entre os alunos do Ensino Fundamental da rede estadual de ensino Minas Gerais, para criação da Mascote do Projeto “Maria da Penha vai às escolas.” Os vencedores foram:

Classificação	Estudante	Escola	Município
1º Lugar	Júlio Ferreira Neto	E. E. Maria das Dores de Souza	Juiz de Fora
2º Lugar	Victor Eduardo de Oliveira	E. E. Conselheiro Afonso Pena	São Gotardo
3º Lugar	Jéssica Fantini Lopes	E. E. Cel. Vicente Torres Júnior	Belo Horizonte

O presente documento contém atividades sugeridas ao professor para a utilização do gibi “Maria da Penha vai às Escolas” em turmas do Ensino Fundamental, Médio e EJA. Tais sugestões são fruto do I Seminário do projeto Maria da Penha vai às Escolas, realizado em 8 de março de 2013, na Escola Magistra, que contou com a participação de mais de 100 (cem) professores da rede estadual de ensino.

O objetivo do Governo de Minas é promover a reflexão e o debate crítico sobre a violência contra a mulher e os meios para combatê-la. Assim, outras atividades e projetos com base no gibi podem ser desenvolvidos, a critério do professor, contribuindo assim para o aprimoramento desse material.

## ROTEIRO DE ATIVIDADE

### Proposta 1: Júri Simulado

Público-alvo sugerido: EJA

Disparador – Levantamento de casos recentes de violência contra a mulher

#### Atividade

a. Selecionar uma notícia a ser trabalhada pela turma – esta notícia servirá de caso para o júri simulado.

b. Realizar a leitura do Gibi e questionar os alunos acerca das relações que podem ser estabelecidas entre ele e a notícia selecionada;

c. Dividir a turma atribuindo papéis a cada aluno/subgrupo – réu, vítima, juiz, advogado de defesa, promotor de justiça, testemunhas de defesa e acusação e júri.

d. Realizar um júri simulado a partir do caso escolhido. Nesta etapa, o objetivo é que os alunos utilizem o que aprenderam com o Gibi para informar sua atuação durante o júri.

#### Fechamento

Elaborar um texto e/ ou realizar um debate com as conclusões da turma ao final do júri.

## Proposta 2: Do Gibi à prática

Público-alvo sugerido: EJA

Disparador - Apresentação do filme  
"Preciosa"

### Atividade

- a. Após a exibição do filme, realizar uma roda de conversa acerca do impacto da violência na vida das personagens e quais seriam as formas de resistência disponíveis na sociedade brasileira, em contraponto à sociedade americana apresentada no filme;
- b. Apresentar o Gibi aos alunos e solicitar sua leitura;
- c. A partir dos mecanismos legais apresentados no Gibi, pedir que, em grupos, os alunos apliquem as medidas que julgarem necessárias ao caso do filme.

### Fechamento

Seminário de apresentação e debate.



### Proposta 3: O que é violência?

Público-alvo sugerido: Ensino Médio

Disparador – Discussão acerca do que é violência

#### Atividade

- a. Em grupos, os alunos elaboram um conceito de violência contemplando o que ela é e como se manifesta;
- b. Apresentação dos conceitos elaborados para o restante da turma e discussão acerca das noções mais ou menos recorrentes;
- c. Entrega do Gibi e provocação quanto à violência contra a mulher – quais seriam suas características específicas?
- d. Após a leitura do Gibi apontar as inovações trazidas pela Lei no combate à violência doméstica e intrafamiliar contra a mulher e na proteção da mulher em situação de violência.

#### Fechamento

Elaboração de um mural com as informações discutidas em sala para exposição nas áreas comuns da escola.

## Proposta 4: Machismo e violência

Público-alvo sugerido: Ensino Médio

Disparador – Apresentação do vídeo  
“Acorda, Raimundo... Acorda”

### Atividade

- a. Apresentação do vídeo seguido de debate sobre os papéis sociais de homens e mulheres e como estes papéis podem contribuir para situações de violência;
- b. Apresentação e leitura do Gibi (sugere-se leitura em grupo, tipo jogral);
- c. Debate acerca das questões apresentadas no Gibi e suas (possíveis) relações com o filme;
- d. Realização de trabalho em grupo sobre o tema machismo e violência contra a mulher, doméstica e familiar;

### Fechamento

Apresentação, em forma de seminário, das conclusões do trabalho em grupo.

## Proposta 5: Homens e Mulheres são iguais?

Público-alvo sugerido: Ensino Médio

Disparador – Solicitar dos alunos frases e ditos populares que tratam das questões de Gênero.

### Atividade

a. Debate acerca das noções de homens e mulheres exteriorizadas por meio dos ditos e frases citados pelos alunos;

b. Apresentação do Gibi com breve introdução acerca de quem é Maria da Penha, solicitando a leitura do texto.

c. Reflexão sobre os diferentes papéis sociais de homens e mulheres e a violência doméstica e intrafamiliar, pontuando as mudanças históricas sobre o lugar ocupado pela mulher na sociedade.

d. Promoção de um diálogo entre o gibi e as múltiplas linguagens (música, literatura, artes plásticas, fotografias e etc.) solicitando aos alunos que elaborem uma apresentação criativa abordando o que foi discutido em sala (dramatizações, danças, músicas, e etc.);

### Fechamento

Apresentação dos trabalhos dos alunos

## Proposta 6: Quem são as mulheres de nossa vida?

Público-alvo sugerido: Ensino Fundamental II

Disparador – Perguntar aos alunos quais espaços são ocupados pelas mulheres em nossa sociedade.

### Atividade

a. Reflexão acerca do papel das mulheres na vida de cada aluno – o que elas fazem, com o que trabalham, etc.

b. Divisão da turma em grupos. A cada grupo será destinada uma das realidades trazidas pelos alunos durante o momento de reflexão.

c. Leitura do gibi e identificação das realidades na história da Maria da Penha.

d. Elaboração de apresentação crítica e criativa abordando o que foi discutido em sala (dramatizações, danças, músicas, e etc.);

### Fechamento

Feira temática com a exposição dos trabalhos produzidos pelos alunos e apresentações artísticas.

## Proposta 7: Como estamos tratando as mulheres?

Público-alvo sugerido: Ensino Fundamental II

Disparador – Solicitar que os alunos pesquisem em jornais, revistas, redes sociais, reportagens ou notícias cuja personagem central seja uma mulher.

### Atividade

- a. Classificação das notícias. Sugere-se a elaboração de gráficos/tabelas na disciplina de matemática;
- b. Apresentação e leitura do Gibi;
- c. Estabelecimento da relação entre a situação da mulher no contexto atual e a Lei Maria da Penha.

### Fechamento

Elaboração de cartazes a serem expostos em murais pela escola, tratando da realidade da mulher na sociedade brasileira e dos mecanismos existentes na lei para combate à violência contra a mulher.

## Proposta 8: Dicionário do Combate à violência contra a mulher

Público-alvo sugerido: Ensino Fundamental II

### Disparador – Leitura do Gibi

#### Atividade

- a. Apresentação do Gibi aos alunos, motivando-os a fazerem a leitura e listarem as palavras novas;
- b. Elaboração, em conjunto, com auxílio da(o) professor(a), de listagem única das palavras novas apresentadas pela turma .
- c. Organização das palavras em ordem alfabética e divisão da turma em grupos.
- d. Pesquisa, em grupo, sobre o significado das palavras listadas e elaboração de uma página para o dicionário.

#### Fechamento

Publicação do dicionário elaborado pela turma em mural, varal, biblioteca da escola, entre outros.

## Proposta 9: Mascote no combate à violência contra as mulheres.

Público-alvo sugerido: Ensino Fundamental I

### Disparador – Leitura do Gibi

#### Atividade

a. Apresentar o Gibi aos alunos, motivando-os a fazerem a leitura;

b. Em conjunto, conversar sobre a importância da Lei Maria da Penha para todos (mulheres, homens e crianças), estimulando os alunos a compartilharem o que aprenderam com o Gibi em casa e na comunidade.

c. Organizar a turma em grupos e propor a criação de uma mascote da turma, que ajudará as crianças na socialização do conhecimento adquirido.

d. Realizar um concurso entre as mascotes criadas – a mascote vencedora se tornará o símbolo da turma no combate à violência contra as mulheres.

#### Fechamento

Apresentar a mascote às outras turmas da escola levando também a discussão realizada sobre o tema em sala de aula.



## Proposta 10: Gibi Maria da Penha volta das Escolas

Público-alvo sugerido: Ensino Fundamental I  
Disparador – Leitura do Gibi

### Atividade

- a. Apresentação do Gibi aos alunos, fazendo uma leitura conjunta;
- b. Realização de uma roda de conversa sobre a história do Gibi, provocar os alunos para que pensem nas situações de violência (contra mulheres e outras, se surgirem) presentes na sala de aula/escola.
- c. Criação de uma personagem que será a mascote daquele grupo que irá ajudar a ensinar como combater a violência.
- d. Em grupos, criar um gibi da sala contando como é possível aplicar o que eles aprenderam na escola com o Gibi – daí o nome da atividade.

### Fechamento

Publicar o Gibi da turma – mural, varal, biblioteca da escola, etc.

## Proposta 11: Em cartaz: Maria da Penha vai às Escolas

Público-alvo sugerido: Ensino Fundamental I

Disparador – Apresentação e leitura coletiva do Gibi

### Atividade

a. Após a leitura do gibi, que pode ser realizada como contação de história pelo(a) professor(a), perguntar às crianças qual a parte da historinha foi mais interessante;

b. Organizar com os alunos um jogral ou teatro em que eles expliquem o que aprenderam com o Gibi

### Fechamento

Apresentação do jogral/teatro em área comum da escola para os demais alunos e comunidade escolar.

## AVALIAÇÃO

Busca-se por meio desta ação contribuir com a construção de uma cultura de paz por meio do exercício do diálogo, da tolerância e da solidariedade, ferramentas essenciais no processo educativo e na construção da sociedade livre e igualitária que se almeja. Nesse sentido, gostaríamos de contar com a colaboração de cada um dos profissionais envolvidos com a utilização do gibi “As Marias em: Maria da Penha vai às Escolas” enviando-nos um relato das experiências desenvolvidas para que possamos aperfeiçoar as nossas iniciativas.

Críticas, sugestões e comentários podem ser enviados para o endereço:  
[educacao.dh@social.mg.gov.br](mailto:educacao.dh@social.mg.gov.br)



## Disque Direitos Humanos

O Disque Direitos Humanos é um serviço telefônico que recebe, encaminha e monitora as denúncias de violação dos direitos humanos. O serviço é gratuito e pode ser acessado de 2<sup>a</sup> a 6<sup>a</sup> feira, das 8h às 22h, para denúncia de casos que envolvam agressões ou maus-tratos a idosos, mulheres, homossexuais, pessoas com deficiência, crianças, adolescentes, dentre outros.

Em casos de maior gravidade, os conselhos tutelares e de direitos e o ministério público são acionados imediatamente.

O Disque Direitos Humanos é um serviço sigiloso e conta com uma equipe multidisciplinar de estagiários sob a coordenação de técnicos especializados. Para ter acesso ao disque direitos humanos e às informações de todos os serviços prestados pelo Estado de Minas Gerais nessa área, ligue:

# 0800 031 1119



## ANEXO II